

Relatório da CPI da Saúde está quase pronto

Para a presidente da comissão, há "provas conclusivas" de irregularidades na gestão da secretaria

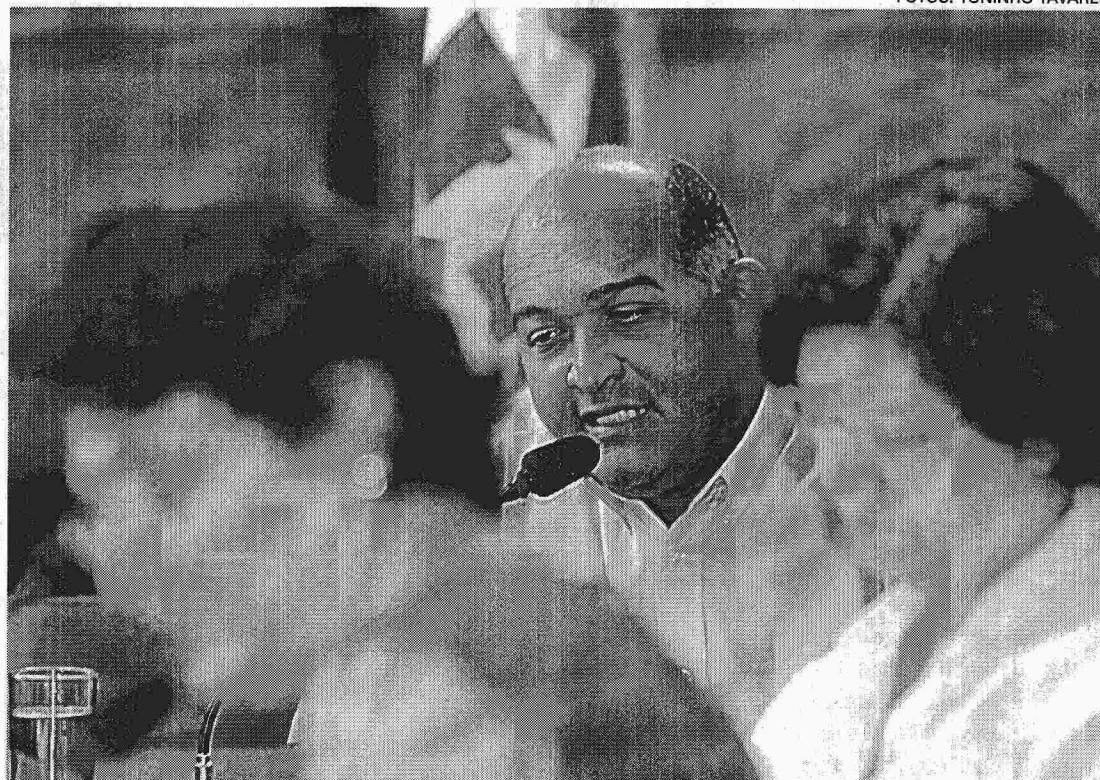
LENILTON COSTA

A CPI da Saúde, em curso na Câmara Legislativa, está perto do prazo limite de 180 dias para concluir o relatório sobre possíveis irregularidades na Secretaria de Saúde, durante a gestão do ex-secretário Arnaldo Bernardino. Até agora, foram 20 sessões ordinárias, 13 extraordinárias, 124 depoimentos, 732 processos em exame e mais de 63 mil documentos copiados. De acordo com Eliana Pedrosa, presidente da CPI, o relatório final será entregue no prazo, até o dia 30 de outubro, e terá provas substanciais sobre irregularidades no órgão. "Acho difícil que o texto não seja provado em plenário. As provas são conclusivas. Não vamos resolver o problema da Saúde no DF, mas estamos mostrando os erros e sugerindo soluções", afirmou.

Na quinta-feira, a CPI descobriu mais uma ilegalidade. A Clínica Santa Juliana, de propriedade da família de Bernardino, faturou e recebeu por serviços funerários que não prestou. A denúncia foi feita pela presidente da CPI, Eliana Pe-

drosa (PFL), e pela relatora, Arlete Sampaio (PT). Segundo ela, a prática foi confirmada no depoimento do chefe da Emergência do Hospital Regional de Taguatinga (HRT), Antônio Valderico dos Santos, na quinta-feira. De acordo com Eliana Pedrosa, com os depoimentos, a comissão descobriu outra irregularidade com relação à Clínica Santa Juliana. Segundo ela, os pacientes transferidos para clínica e que morriam eram devolvidos para a rede pública, mas, mesmo assim, a Santa Juliana cobrava as taxas relativas aos serviços de necrotério que eram executados nas unidades da Secretaria de Saúde. "Os corpos eram transportados em ambulâncias, o que contraria a lei", acrescenta.

De acordo com as distritais, os indícios de favorecimento da Santa Juliana são fortes. A CPI constatou que notas fiscais foram atestadas e pagas pelo valor cobrado pela Santa Juliana, sem considerar as glosas (cortes) apontadas por auditores e médicos da secretaria. As cobranças eram feitas a preços de mercado e não havia atrasos nos pagamentos, o que compro-



Antônio Valderico trouxe novas revelações para as deputadas Eliana Pedrosa e Arlete Sampaio

varia o tratamento diferenciado dispensado à Santa Juliana, segundo as distritais. Para comparar, a Clínica Daher admitiu, desde setembro de 2003, 41 pacientes provenientes da rede pública em sua UTI, mas apenas quatro internações foram

pagas pela secretaria.

Segundo Eliana Pedrosa, não havia convênios ou licitações para os serviços de UTI executados pela Santa Juliana. A justificativa era de que não haviam aparecido interessados na licitação, mas não foi publi-

cado um segundo edital. De acordo com ela, supôs-se que o não aparecimento de interessados se devia ao valor a ser pago pelo serviço, a tabela SUS. Mas os serviços da Santa Juliana, sem convênio ou licitação, eram pagos pela tabela de mercado.

FOTOS: TONINHO TAVARES